



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA**

# **CADERNO DE PROVA CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DATA DA PROVA 15/05/2026**

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

## **PROVA**

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 30 (trinta) questões objetivas.

## **INFORMAÇÕES GERAIS**

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões 01 a 15.

O cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada

Há personagens que definem uma época com mais precisão do que tratados sociológicos inteiros. Um deles é o cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada. Ele não precisa estudar longamente um assunto, acompanhar seu desenvolvimento nem suportar o desconforto da incerteza. Basta-lhe uma manchete mal lida, um vídeo de quarenta segundos, um comentário indignado e, pronto, já se sente habilitado a emitir parecer sobre economia, diplomacia, medicina, educação infantil, geopolítica, trânsito, clima, comportamento e, em dias de maior brilho intelectual, até sobre a decadência da civilização ocidental antes do almoço.

Trata-se de uma figura admirável em sua produtividade. Onde o pesquisador hesita, ele conclui. Onde o especialista pondera, ele simplifica. Onde a realidade apresenta camadas, tensões, ambiguidades e dados contraditórios, ele comparece com o talento cirúrgico de quem resolve tudo a golpes de frase curta. O mundo, para esse cidadão, não é um problema a compreender, mas uma oportunidade permanente de posicionamento. E posicionar-se, hoje, parece ter adquirido o prestígio que antes cabia a compreender.

É curioso observar como essa inflação opinativa convive com uma inflação ainda maior de certeza. O sujeito contemporâneo já não considera a dúvida um estágio legítimo da inteligência. Trata-a quase como deficiência de caráter. Ter opinião virou sinal de presença. Ter opinião imediata, sinal de agilidade. Ter opinião firme sobre assunto mal conhecido, sinal de personalidade. E assim se formou uma estranha pedagogia da convicção: aprende-se menos para afirmar mais. A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento. Hoje, raciocinar com calma quase soa como atraso logístico.

Há nisso uma vaidade discreta, mas poderosa. Opinar sobre tudo dá ao sujeito a sensação de centralidade. Ele não participa apenas do mundo; julga-o continuamente. É uma forma de soberania portátil. Com um aparelho na mão e uma certeza no bolso, qualquer um pode transformar a própria impressão em sentença, o próprio incômodo em tese, a própria irritação em análise social. O problema não está em ter opinião, claro. Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia. O problema começa quando a opinião deixa de ser resultado de um percurso mental e passa a funcionar como substituta dele.

Nesse ambiente, a dúvida perdeu prestígio. E isso é grave, porque a dúvida, quando honesta, não empobrece o pensamento: ela o depura. Duvidar não é fraquejar diante do mundo, mas recusar-se a tratá-lo como caricatura. A dúvida obriga a perguntar melhor, a rever premissas, a desconfiar do próprio entusiasmo e, às vezes, a suportar o pequeno vexame de descobrir que o outro viu antes o que ainda não havíamos percebido. Não é uma experiência confortável. Talvez por isso esteja tão fora de moda.

O cidadão que opina sobre tudo prefere outro caminho. Ele economiza etapas. Em vez de investigar, pressente. Em vez de

comparar, reage. Em vez de compreender a complexidade, administra rótulos. Sua inteligência opera por atalhos emocionais: se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa. E improvisa com admirável serenidade. Afinal, a ignorância, quando bem acompanhada de autoconfiança, costuma circular socialmente com a elegância de uma convicção madura.

Mas há um preço nessa facilidade. Uma cultura que premia a certeza instantânea vai tornando suspeita a reflexão mais lenta. Aos poucos, o sujeito deixa de perguntar "será?" e passa a perguntar apenas "quem concorda?". O pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida. A conversa pública empobrece, não por falta de voz, mas por excesso de vereditos. Fala-se muito, examina-se pouco. Discorda-se com velocidade, compreende-se com preguiça. E a realidade, que não se organiza para caber em frases apressadas, acaba reduzida ao tamanho de nossas impaciências.

Talvez a virtude intelectual mais urgente do nosso tempo seja justamente aquela que menos rende aplauso: a modéstia de não concluir cedo demais. Num mundo lotado de opiniões prontas, dizer "ainda estou pensando" tem algo de coragem civilizatória. Porque o contrário da ignorância nem sempre é o conhecimento; às vezes, é apenas uma certeza barulhenta. E toda certeza que chega cedo demais corre o risco de ser apenas preguiça com boa dicção.

Fonte: Banca Examinadora.

**1. A leitura global do texto permite concluir que a crítica central do autor dirige-se à**

- A) expansão do repertório temático do cidadão comum, agora mais presente em assuntos antes restritos a especialistas.
- B) substituição das mídias tradicionais por redes digitais, com perda do prestígio dos especialistas no debate público.
- C) valorização social da certeza rápida, que converte opinião apressada em prestígio simbólico e esvazia o lugar da dúvida.
- D) dificuldade de acesso a informações técnicas, vista como causa principal da participação superficial em temas complexos.
- E) presença crescente de assuntos especializados na vida comum, quadro que exige maior mediação institucional da pesquisa.

**2. No contexto do texto, a expressão "pedagogia da convicção" sugere a formação de um ambiente em que**

- A) a argumentação se legitima após confronto demorado entre versões, fontes e dados contraditórios.
- B) a opinião se fortalece quando nasce de revisão cautelosa de hipóteses e premissas iniciais.
- C) a hesitação intelectual é tratada como etapa produtiva do conhecimento e sinal de maturidade.
- D) a dúvida conserva prestígio porque impede conclusões apressadas e simplificações indevidas.
- E) aprende-se a afirmar com segurança antes de investigar com rigor, convertendo rapidez em traço de personalidade.

**3. Assinale a alternativa que apresenta uma informação explicitamente afirmada no texto.**

- A) Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia.
- B) A vida pública contemporânea deixou de admitir completamente a presença de dúvidas honestas.
- C) crescimento das opiniões prontas decorre diretamente da redução do nível médio de escolaridade.
- D) A circulação de convicções maduras depende do enfraquecimento da participação de especialistas no debate.
- E) A rapidez argumentativa constitui hoje o principal critério de validação intelectual em espaços científicos.

**4. Quanto à organização discursiva e à finalidade predominante, o texto caracteriza-se, de modo mais correto, como:**

- A) reportagem analítica, voltada à exposição neutra de fatos recentes relacionados à opinião pública.
- B) artigo administrativo, voltado à normatização do comportamento discursivo em ambientes institucionais.
- C) crônica memorialista, centrada em recordações pessoais do autor acerca do debate nas redes sociais.
- D) texto argumentativo de feição ensaística, voltado à reflexão crítica sobre um comportamento social contemporâneo.
- E) editorial científico, voltado à apresentação objetiva de resultados de pesquisa sobre cognição e linguagem.

**5. A referência a "tratados sociológicos inteiros" e à "decadência da civilização ocidental antes do almoço" serve, no texto, principalmente para**

- A) aproximar o texto do discurso científico, reforçando a legitimidade acadêmica das observações do narrador.
- B) ironizar a pretensão de erudição de quem opina superficialmente sobre temas vastos e complexos.
- C) demonstrar que temas civilizatórios exigem opiniões rápidas, ainda que baseadas em informação insuficiente.
- D) defender o comentário breve como forma mais eficiente de síntese diante da complexidade do mundo.
- E) sugerir que o cidadão comum deve disputar com os especialistas o monopólio dos grandes diagnósticos sociais.

**6. No desfecho do texto, a "modéstia de não concluir cedo demais" aparece como**

- A) reação intelectual à cultura que premia a certeza instantânea e converte o pensamento em torcida.
- B) estratégia retórica para ampliar o efeito irônico das críticas dirigidas ao cidadão excessivamente opinativo.
- C) forma de neutralizar as emoções, tomadas pelo autor como incompatíveis com qualquer ato de pensar.

D) defesa da suspensão permanente do juízo, tratada como postura ideal diante de qualquer controvérsia.

E) proposta de recolhimento do indivíduo ao espaço privado, afastando-o das discussões públicas conflituosas.

**7. A linguagem empregada no texto caracteriza-se, sobretudo, por**

- A) alternância entre marcas regionais e traços de oralidade popular, com predominância de registro coloquial.
- B) uso sistemático de terminologia técnica, o que aproxima o texto de um relatório de linguagem especializada.
- C) equilíbrio entre registro culto e imagens expressivas do cotidiano, o que amplia a força crítica da argumentação.
- D) reprodução direta da fala digital, com abreviações e marcas de informalidade típicas de aplicativos de mensagem.
- E) padronização sintática rígida, sem recurso a metáforas ou contrastes avaliativos no desenvolvimento do tema.

**8. No trecho "Basta-lhe uma manchete mal lida", o termo "lhe" classifica-se corretamente como**

- A) pronome demonstrativo átono, empregado por atração sintática implícita no início da oração.
- B) pronome relativo, empregado para introduzir uma oração subordinada de valor adjetivo.
- C) pronome pessoal reto, deslocado para antes do verbo em razão do valor impessoal da construção.
- D) pronome indefinido oblíquo, empregado em mesóclise por causa do caráter hipotético do enunciado.
- E) pronome pessoal oblíquo átono, com função de complemento indireto, empregado em ênclise porque o verbo inicia a oração.

**9. Em "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", o termo "que" exerce a função de**

- A) conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva explicativa.
- B) pronome relativo, introduzindo oração subordinada adjetiva explicativa, que retoma o termo "pressa".
- C) conjunção causal, introduzindo oração subordinada adverbial de causa.
- D) partícula expletiva, empregada para reforçar a progressão argumentativa do período.
- E) pronome interrogativo, empregado para retomar "pressa" por mecanismo de antecipação.

**10. No segmento "se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa", o termo "se", considerando seu valor na articulação das orações, classifica-se como:**

A) pronome apassivador, pois converte o complemento verbal em sujeito paciente das ações enunciadas.

B) índice de indeterminação do sujeito, pois desfoca o agente e generaliza a conduta descrita.

C) conjunção integrante, pois introduz orações que completam o sentido do verbo principal do período.

D) conjunção subordinativa condicional, pois estabelece a hipótese a partir da qual se produz a ação seguinte.

E) partícula de realce, pois atua apenas como reforço rítmico no paralelismo sintático do enunciado.

**11. Assinale a alternativa em que a concordância verbal e nominal está de acordo com a norma-padrão.**

A) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

B) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

C) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

D) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

E) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitos em ambientes de certeza instantânea.

**12. Assinale a alternativa correta quanto à regência e ao emprego do sinal indicativo de crase.**

A) texto alude a vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

B) texto alude na vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

C) texto alude à vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

D) texto alude à vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

E) texto alude a vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

**13. Na passagem "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", a locução verbal "havia invadido" exprime**

A) ação futura observada retrospectivamente a partir de um marco narrativo já encerrado.

B) ação habitual em progresso, apresentada como traço permanente do tempo da enunciação.

C) ação eventual projetada como consequência da aceleração das práticas comunicativas modernas.

D) ação concluída no presente, descrita como resultado imediato de um processo social recorrente.

E) ação anterior a outro fato passado, expressa pelo pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo.

**14. No trecho "o pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida", a expressão "vira torcida" constitui, predominantemente:**

A) metonímia, porque um termo concreto substitui o conceito abstrato presente no enunciado.

B) metáfora, porque um campo de experiência é transferido para outro com valor crítico.

C) eufemismo, porque o enunciado suaviza a crítica à perda da complexidade do pensamento.

D) hipérbole, porque o trecho amplia excessivamente a consequência social da opinião apressada.

E) silepse, porque a concordância se organiza pelo sentido e não pela forma expressa.

**15. Assinale a alternativa que reescreve "Fala-se muito, examina-se pouco", preservando o sentido, respeitando a norma-padrão e deslocando "muito" e "pouco" para antes dos verbos, com colocação pronominal adequada.**

A) Fala-se muito e examina-se pouco.

B) Muito fala-se, pouco examina-se.

C) Se fala muito, se examina pouco.

D) Muito se fala, pouco se examina.

E) Fala-se muito, pouco examina-se.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**16. Cenário:** Uma Promotoria de Justiça Regional do MP-BA necessita adquirir materiais de consumo para suas atividades. No processo de execução da despesa pública, a autoridade competente emite um documento que reserva o crédito orçamentário, identificando o credor e o valor a ser pago e criando, assim, uma obrigação de pagamento pendente de implemento de condição. Esse estágio da despesa pública denomina-se:

A) Fixação.

B) Empenho.

C) Liquidação.

D) Pagamento.

E) Lançamento.

**17. Cenário:** O Ministério Público da Bahia (MP-BA), para o cumprimento de suas funções institucionais, gere um conjunto de elementos patrimoniais. Durante um inventário de rotina em uma Promotoria de Justiça, um estagiário de contabilidade identificou os seguintes itens: dinheiro em caixa para pequenas despesas, frota de veículos oficiais, mobiliário de escritório e computadores. De acordo com a Teoria Geral da Contabilidade e a estrutura do Balanço Patrimonial, esses itens são classificados, tecnicamente, como:

- A) Bens, que integram o Ativo da instituição.
- B) Obrigações, que compõem o Passivo circulante.
- C) Direitos, que representam créditos a receber de terceiros.
- D) Receitas orçamentárias, que representam ingressos financeiros.
- E) Patrimônio Líquido, que representa o capital social da unidade.

18. Considere que o MP-BA contratou um serviço de manutenção predial em outubro de 2025. O serviço foi integralmente prestado e atestado (liquidado) em dezembro de 2025. No entanto, o pagamento ao fornecedor ocorreu apenas em janeiro de 2026. Sob a ótica da contabilidade aplicada ao setor público e do encerramento do exercício financeiro, esse valor, em 31/12/2025, é classificado como:

- A) Despesa de Exercícios Anteriores (DEA).
- B) Restos a Pagar Não Processados.
- C) Restos a Pagar Processados.
- D) Suprimento de Fundos.
- E) Variação Patrimonial Aumentativa Diferida.

19. O Ministério Público da Bahia, ao elaborar sua proposta orçamentária, deve garantir que o orçamento contenha todas as receitas e despesas da instituição, de modo que nenhum ingresso ou gasto fique fora do controle do Poder Legislativo e da sociedade. Esse procedimento atende ao princípio orçamentário da:

- A) Exclusividade.
- B) Unidade.
- C) Anualidade.
- D) Universalidade.
- E) Legalidade.

20. No âmbito do planejamento e execução orçamentária do Ministério Público da Bahia, deve-se observar a delimitação temporal da vigência das autorizações legislativas. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e a doutrina de Administração Financeira e Orçamentária (AFO), o princípio que estabelece que as previsões de receita e as fixações de despesa devem referir-se a um período limitado de tempo, o qual, no Brasil, coincide obrigatoriamente com o ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro), é denominado:

- A) Princípio da Exclusividade.
- B) Princípio da Unidade.
- C) Princípio da Universalidade.
- D) Princípio da Anualidade (ou Periodicidade).
- E) Princípio da Legalidade Orçamentária.

21. O Ministério Público da Bahia é fiscalizado externamente por qual instituição, no que se refere à prestação de contas e à verificação da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão contábil e financeira?

- A) Tribunal de Contas do Estado (TCE/BA).
- B) Controladoria-Geral da União (CGU).
- C) Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- D) Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- E) Receita Federal do Brasil.

22. No processo de arrecadação das receitas públicas, o estágio que consiste na entrega do numerário pelo contribuinte aos agentes arrecadadores ou às instituições financeiras autorizadas denomina-se:

- A) Previsão.
- B) Arrecadação.
- C) Recolhimento.
- D) Lançamento.
- E) Realização.

23. O Ministério Público da Bahia reconhece suas despesas de aluguel no momento em que se encerra o período de uso do imóvel, independentemente do pagamento. Na contabilidade geral e na contabilidade aplicada ao setor público, sob o enfoque patrimonial, esse procedimento baseia-se no:

- A) Regime de Caixa.
- B) Princípio da Prudência.
- C) Regime de Competência.
- D) Princípio da Entidade.
- E) Regime de Liquidez Imediata.

24. Na estrutura do planejamento orçamentário brasileiro, qual instrumento legal tem a função de estabelecer a ligação entre o Plano Plurianual (estratégico) e a Lei Orçamentária Anual (operacional), definindo as metas e prioridades para o exercício seguinte?

- A) Constituição Federal.
- B) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- C) Código Tributário Nacional.
- D) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- E) Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

25. Cenário: Um servidor do MP-BA necessita realizar o conserto imediato de uma fechadura e a compra de materiais de limpeza urgentes, cujos valores são baixos e não justificam a realização de processo licitatório. Para isso, o órgão disponibiliza um adiantamento de numerário. Esse regime especial de execução da despesa denomina-se:

- A) Fundo de Reserva Especial.
- B) Pagamento por Indenização.
- C) Despesa de Capital por Alienação.
- D) Crédito Adicional Suplementar.
- E) Suprimento de Fundos.

26. Suponha que o Ministério Público da Bahia receba recursos provenientes da alienação de veículos antigos de sua frota oficial, que não mais atendem ao serviço. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, essa entrada de recurso é classificada como:

- A) Receita de Capital.
- B) Receita Corrente.
- C) Receita Tributária.
- D) Receita de Serviços.
- E) Receita Extraorçamentária.

27. O regime contábil adotado pela Administração Pública brasileira possui peculiaridades que visam ao controle da execução orçamentária e à demonstração do resultado financeiro do exercício. De acordo com o Artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro, pertencem ao exercício financeiro:

- A) As receitas nele previstas na Lei Orçamentária Anual e as despesas nele efetivamente pagas, independentemente do empenho.
- B) As receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- C) As receitas nele lançadas, ainda que não arrecadadas, e as despesas cujos serviços foram integralmente prestados (liquidadas).
- D) As receitas e despesas reconhecidas exclusivamente pelo regime de competência integral, conforme as normas internacionais de contabilidade.
- E) As receitas vinculadas a fundos especiais e as despesas fixadas por meio de créditos adicionais extraordinários.

28. Cenário: O Ministério Público da Bahia precisa pagar uma indenização judicial referente a um processo iniciado em 2021, cujo trânsito em julgado ocorreu apenas em 2026. Como não houve empenho prévio para essa despesa, ela deverá ser paga sob a rubrica de:

- A) Restos a Pagar Processados.
- B) Restos a Pagar Não Processados.
- C) Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).
- D) Ingressos de Capital por Transferência.
- E) Variação Patrimonial Diminutiva Extraordinária.

29. Suponha que o MP-BA receba, por meio de doação definitiva de outro órgão estadual, um edifício para instalação de uma nova sede. Na contabilidade patrimonial, esse evento gera aumento do ativo imobilizado e, como contrapartida, aumento do patrimônio líquido. Esse fenômeno é classificado como:

- A) Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).
- B) Mutações Orçamentária Passiva.
- C) Receita Tributária por Transferência.
- D) Variação Patrimonial Aumentativa (VPA).
- E) Despesa de Capital Inversão Financeira.

30. Dentro do ciclo orçamentário, após a elaboração da proposta pelo Ministério Público e sua consolidação pelo Poder Executivo, qual instituição é responsável por discutir, emendar e aprovar o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA)?

- A) Tribunal de Justiça.
- B) Conselho Nacional do Ministério Público.
- C) Procuradoria-Geral do Estado.
- D) Secretaria da Fazenda.
- E) Assembleia Legislativa do Estado.